

GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Comissão: **Segurança Pública**

Local: **externo**

Município: **Barbacena**

|| Data: **13/10/2009**

Horário: **10:00**

Folhas: **65**

Duração: **2h35min**

Presidente: **Deputado João Leite**

Deputados: **Deputada Maria Tereza Lara**

Participantes: **Sr. Mário Raimundo de Melo**
Vereador Ronaldo Braga
Sra. Juliana Resende Campolina de Sá
Vice-Prefeito Edson Resende
Defensor Público Marco Aurélio Brasil
Cel. José Eduardo da Silva
Delegado Pedro Antônio Mendes Loureiro
Cel. Geraldo Magela Moreira de Freitas
Delegada Marli Gava da Silva
Sr. Maurílio José
Sr. Francisco dos Anjos
Delegada Fátima
Sr. Pedro
Delegado Wanderley Miranda
Delegado Carlos Capistrano
Vereador Alaôr Leite

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
25ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura
13/10/2009 - 10 horas **Pág.: 2**

O **Sr. Presidente (Deputado João Leite)** - Há número regimental. Declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura.

Conforme prevê o Regimento, dispenso a leitura da ata e dou-a por aprovada.

Esta reunião tem a finalidade de discutir, em audiência pública, a questão da segurança pública na Região Integrada de Segurança Pública - Risp - de Barbacena e ouvir os convidados. Esta é a quarta reunião que realizamos nesta região. A intenção desta Comissão é ir às 16 Risps e obter dos Delegados e dos Comandantes informações de como essa integração está sendo realizada por nossas polícias, os números, as metas alcançadas e também termos a oportunidade de ouvir os Prefeitos da região, os Vereadores, os conselhos de segurança pública e a população como um todo.

Agradeço a presença dos representantes das polícias e dos outros órgãos do Estado e, especialmente, da Câmara Municipal de Barbacena, que nos cedeu este espaço. Na pessoa do Ronaldo Braga, Presidente da Câmara Municipal de Barbacena, agradeço a todos os Vereadores.

Na entrada, há um fôlder da Defesa Civil, muito bem-elaborado, que poderá ser levado para as Prefeituras e Câmaras da região, para fazer um alerta ao período das chuvas, que está próximo. Terça-feira retrasada, o Coordenador da Defesa Civil, Ten.-Cel. Alexandre Lucas, esteve nesta Comissão, na Assembleia falando para as

300 cidades que a TV Assembleia alcança. Tivemos o cuidado de enviar cópias desse fôlder para todas as Prefeituras, para orientá-las quanto à proximidade das chuvas, que sempre trazem risco para o nosso Estado, que é uma caixa d'água que enche nessa época do ano, então todos temos de estar preparados. Esse fôlder traz orientações importantes sobre a manutenção urbana e as áreas de encosta. Solicito que todos peguem os que trouxemos.

Convido a compor a Mesa os Srs.: Vereador Ronaldo Braga, Presidente da Câmara Municipal de Barbacena; Cel. José Eduardo da Silva, Comandante da 13ª Região da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, representando o Comandante-Geral, Cel. Renato Vieira de Souza; Pedro Antônio Mendes Loureiro, Chefe do 13º Departamento de Polícia Civil de Barbacena, representando Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Mário Raimundo de Melo, Diretor da Superintendência Regional de Ensino de Barbacena; Marco Aurélio Brasil, Defensor Público em Barbacena; e Geraldo Magela Moreira de Freitas, Comandante da Guarda Municipal de Barbacena, representando a Prefeita Danuza Bias Fortes; e a Sra. Juliana Resende Campolina de Sá, Diretora de Proteção Social Especial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -, representando o Secretário Agostinho Patrús Filho. Muito obrigado pela presença de todos nesta audiência.

Registro que estão presentes vários Vereadores da região - depois citarei o nome de todos. Agradeço e registro a presença do Vereador Alaôr Leite de Almeida, Tesoureiro da Câmara Municipal de

Barbacena, e dos seguintes Vereadores da Câmara Municipal de Barbacena: Amarílio Augusto de Andrade, Carlos Roberto Batista, Eduardo José Lima Sade, Flávio Barbosa da Silva, João Batista Rosa, João Evandro da Silva, Johnson Oliveira Marçal, Secretário; José Jorge Emídio, Vice-Presidente da Câmara Municipal; e Luiz Gonzaga de Oliveira; e Ronaldo Braga, Presidente da Câmara, que compõe conosco a Mesa. Muito obrigado, Vereadores, pelo apoio à Comissão de Segurança Pública.

Iniciaremos nossa audiência com a apresentação da Risp. Indago aos Comandantes da região, Cel. José Eduardo e Dr. Pedro, quem fará essa apresentação. (- Pausa.) A apresentação será conjunta. Com a palavra, o Cel. José Eduardo, para a sua apresentação.

O Cel. José Eduardo da Silva - Exmo. Deputado João Leite, é um prazer recebê-lo nesta maravilhosa cidade de Barbacena. Senhoras e senhores, bom dia. Eu e Dr. Pedro faremos uma apresentação sobre a nossa Risp. Cumpre-me ressaltar que esta apresentação é a mesma que fizemos na Sedese, por ocasião da reunião do Colegiado, composto por todos os nossos Comandantes e dirigentes máximos das instituições de defesa social do Estado. (- Procede-se à apresentação de transparências.)

A 13ª Risp é composta pela Polícia Militar e dirigida por mim, Comandante da 13ª Região; pela Polícia Civil e chefiada pelo Delegado-Geral Pedro Antônio Mendes Loureiro, Chefe do 13º Departamento; e pelo Ten.-Cel BM Rodney de Magalhães, Comandante do 4º Batalhão de Bombeiro Militar, sediado em Juiz de Fora. A 13ª

Código do documento: 763629

Região atua em 61 cidades. Efetuamos a divisão dessas cidades em três Áreas de Coordenação Integrada de Segurança Pública - Acisps -, compostas por três Batalhões e três Delegacias Regionais: Acisp 28, em Barbacena, constituída pelo 9º Batalhão e pela 1ª Delegacia; Acisp 60, em Conselheiro Lafaiete, formada pelo 31º Batalhão e pela 2ª Delegacia; e a Acisp 61, em São João del-Rei, composta pelo 38º Batalhão. Temos a responsabilidade de cuidar da segurança de aproximadamente 840 mil habitantes em uma área de atuação com extensão territorial de quase 19.000km².

A melhor forma de falar de segurança pública em nossa região é apresentar respostas àquilo que o Estado estabeleceu e àquilo que a comunidade demanda de nós. Inicialmente trataremos do índice de criminalidade como um todo. Ressalto que trabalhamos com alguns indicadores, como o índice de criminalidade comum, que envolve todos os crimes, mas esse índice apresenta subnotificação muito alta, não sendo, portanto, muito confiável. Muitas vezes, o cidadão não procura a polícia para registrar o delito de que foi vítima. E há o índice de criminalidade violenta, que, para efeito desta apresentação, foi dividido em três: criminalidade violenta como um todo, criminalidade violenta contra o patrimônio e índice de homicídios. Quanto ao índice de criminalidade comum, até hoje foram registradas 3.192 ocorrências para cada grupo de 100 mil habitantes. É um índice considerado elevado, mas apresenta queda de 2008 para cá, com redução de 1,2%, que está abaixo do índice médio do Estado, de 3.497 ocorrências para cada grupo de 100 mil habitantes. Isso

significa, em termos numéricos, que, em 2009, foram feitas aproximadamente 26.900 ocorrências.

Como é feita essa distribuição nos trimestres? Houve pequena redução na prática de crimes. Os senhores podem ver que a variação de redução e aumento é pequena, porque esse índice mantém uma estabilidade. Houve redução no primeiro trimestre, uma pequena ascensão no segundo trimestre e redução no terceiro trimestre, com tendência de maior redução para o quarto trimestre. Nas áreas de coordenação, a maior incidência do índice de criminalidade está na Acisp de São João del-Rei, que abrange todos os Municípios, seguida pela Acisp de Barbacena e pela Acisp de Conselheiro Lafaiete. Frisamos que a incidência maior ou menor de violência circula pelas três áreas de coordenação.

Agora, abordaremos o índice de crimes violentos. Começamos por apresentar os grandes resultados da nossa região. Desde 2007, há uma queda no índice de criminalidade. Comparando 2009 a 2007, houve redução de quase 50% na incidência de criminalidade violenta. Estamos trabalhando com dados de janeiro a setembro para fazermos a comparação, pois, se colocarmos os outros anos cheios, a redução seria muito maior e ocorreria um erro na visualização. Mais do que para essa redução, chamamos a atenção para esse índice de 64 ocorrências para cada grupo de 100 mil habitantes, que representa em nossa região, de aproximadamente 840 mil habitantes, em torno de 540 casos. É o segundo menor índice do Estado. Se o comparamos com o índice médio do Estado, verificamos que ele é inferior ao total:

enquanto Minas Gerais apresenta hoje uma média de 234 crimes para cada grupo de 100 mil habitantes, a 13ª Região Integrada apresenta a taxa de 65 crimes. Esse total resulta em seis crimes para cada grupo de 10 mil habitantes e praticamente um crime para cada grupo de 2 mil habitantes.

Houve redução no primeiro trimestre, época em que conseguimos reduzir muito menos, em que há carnaval, que envolve muita criminalidade, muito uso de bebida, drogas e tudo o mais. Portanto, aqui essa redução é um pouco menor. Mas vemos que começam a se apresentar reduções, e o quarto trimestre, pelo que estamos trabalhando, com os dados do ano passado, a tendência de redução entre trimestres fica na faixa de 20% a 30%.

Como lhes disse, a Acisp de São João del-Rei tem o maior índice de criminalidade, mas, em contrapartida, o maior índice de criminalidade violenta encontra-se na Acisp de Barbacena, seguida muito proximamente da Acisp de Conselheiro Lafaiete, que tem uma característica um pouco diferente e a que precisamos ficar atentos, que é o afluxo de empresas para aquela região e uma população flutuante muito grande, principalmente em função da construção de novas empresas. No Município de Jeceaba, a população flutuante representa quase duas vezes a população local.

Traremos a questão dos Municípios-sede e a de Ouro Branco, devido à proximidade com as grandes indústrias siderúrgicas. Ouro Branco ocupa a primeira posição na região. A segunda e a terceira são dois Municípios muito pequenos, em que num ocorrem dois crimes e, no

outro, três, pela sua baixa população, mas eles interferem no índice de criminalidade, jogando-o para cima. Chamo a atenção para Ouro Branco devido ao afluxo de pessoas e às empresas mineradoras que se dirigem para lá. Ouro Branco ocupa hoje a 1ª posição no "ranking". Das cidades que são sedes de áreas coordenadas, ou seja, que têm uma Delegacia Regional e um Batalhão da Polícia, São João del-Rei ocupa a 4ª posição, Barbacena, a 6ª e Conselheiro Lafaiete, a 12ª. Essa é a posição dentro da região. E, quando comparamos esses Municípios ao "ranking" do Estado de Minas Gerais, verificamos que Ouro Branco é a 168ª no Estado de Minas Gerais e, em termos de população, é a 92ª. Vocês poderão observar que, em termos de população, tomando-se a questão populacional, posição dos Municípios, e a comparando ao ranqueamento de incidência criminal em Minas Gerais, todos os Municípios estão bem atrás da sua posição. A título de exemplo, Barbacena ocupa a 6ª posição no "ranking" da região e a 265ª posição no ranqueamento do Estado, mas, em termos de ranqueamento de população é a 18ª. Portanto, estamos muito além daquilo que poderíamos estar. Mais à frente, ao terminarmos a questão dessa incidência criminal, detalharemos, inclusive, a variação anual desses Municípios.

Em termos de crimes violentos contra o patrimônio, desde 2007 há uma redução acentuada. De 2007 para 2008, houve uma redução de aproximadamente 30%; de 2008 para 2009, de aproximadamente 17,5%. Enquanto apresentamos uma média de 51,46 crimes por grupo de 100 mil habitantes na nossa região, no Estado de Minas Gerais, no que se

refere a crimes violentos, essa taxa é de 195 crimes. Se tomarmos a região, teremos 25% da representação do Estado.

Este número aqui, se o trouxermos em termos absolutos, corresponde a 432 casos em todos os 61 Municípios. Continuamos sendo o 2º menor índice e frisamos essa questão porque, se considerarmos os números absolutos, há regiões maiores e menores em termos populacionais e, aí, a comparação se perde um pouco. Quando trabalhamos com índices, nivelamos todos num mesmo patamar. Das 17 Risps de Minas Gerais - temos que creditar mais uma, a que foi instalada em Pouso Alegre -, apresentamos o 2º menor índice do Estado. A variação trimestral, nós a fazemos para efeito de planejamento das ações de polícia.

Aqui voltamos ao índice de criminalidade violenta contra o patrimônio. Obviamente, se a Acisp de Barbacena apresentava o maior índice de criminalidade violenta, terá também um índice de criminalidade violenta contra o patrimônio maior que as demais, já que esse estará incluído naquele índice geral: a Acisp 28, Barbacena, é seguida pela Acisp de Conselheiro Lafaiete e, depois, pela de São João del-Rei.

Homicídios consumados: esse talvez seja o único índice com que estamos brigando. Desde 2006, ele vem apresentando uma queda vertiginosa - houve uma queda de quase 50%. Para este ano, a tendência de crescimento está em torno de 10%. Quando falo 10%, refiro-me a três crimes a mais. Vamos apresentar, em termos numéricos, aquela incidência de 3,8% em termos de taxa, que, na

verdade, representa 32 casos. Em relação a 2008, eram 29, então são 3 casos a mais. O crime de homicídio não pode ser tratado tão somente como números, porque envolve pessoas, sentimento das famílias, perda de vidas, mas, para efeito de apresentação, temos de apresentar as planilhas dessa forma. Mesmo com essa tendência de aumento, temos aqui um índice bem inferior ao do Estado: se os compararmos, estamos em torno de 30% do índice de Minas Gerais, que hoje se encontra na casa de 12,6 crimes para cada grupo de 100 mil habitantes. Frisamos que, mesmo com essa tendência de aumento, é o menor índice do Estado de Minas Gerais. Nossa região apresenta os menores números absolutos e o menor índice do Estado de Minas Gerais, em termos de homicídios.

Essa situação: vemos uma grande queda no primeiro trimestre, uma elevação no segundo e, no terceiro, subiu também. Temos uma meta em planilha para fecharmos dezembro de 2009 com 34 homicídios. Esse é o nosso limite, e dele estamos bem próximos, 32 homicídios. Nossas metas são reduzir essa tendência. São João del-Rei apresenta uma maior taxa, de 5,3 casos para cada grupo de 100 mil habitantes, seguida de Conselheiro Lafaiete, com 3,7 casos, e Barbacena, com 2,63. Isso em termos de Acisp. Se analisarmos os Municípios, Barbacena - para que vocês tenham uma noção -, que é uma cidade com 125 mil habitantes, no ano de 2009 não apresentou nem um caso de homicídio. Em Barbacena não ocorreu nem um caso de homicídio em 2009. Mas São João del-Rei apresentou sete casos e Conselheiro Lafaiete, seis. São números que, mais à frente, faremos a sua análise temporal, de 2005 para cá. Veremos que essas cidades apresentaram

grandes reduções no número de casos e que, aqui, os casos não têm padronização, o que dificulta a estratégia de combate.

Esta lâmina está um pouco pesada: é uma pequena análise sobre os crimes de homicídio na região. Veremos que não existe uma padronização como a da região metropolitana. Falo isso porque fui Comandante da 3ª Região antes de voltar para Barbacena. A motivação de quase 70% dos casos de homicídio que ocorrem na Região Metropolitana de Belo Horizonte está relacionada ao uso de drogas. Aqui, para que os senhores tenham uma noção, apenas 19% dos casos têm envolvimento com drogas, como apurado no momento do crime por meio de testemunhas, mas isso ainda carece de um estudo mais detalhado dos processos etc. Mas, no calor da atuação da Polícia Militar, os dados são: em torno de 19% têm envolvimento com drogas; 12,5 são crimes passionais; 53% estão dentro do que chamamos motivos fúteis, ou seja, são crimes de momento, em que ocorreu alguma desavença. Às vezes dois conhecidos estão jogando sinuca, há um desentendimento, e um mete o taco de sinuca na cabeça do outro e o mata. Há muito isso. E aqui, quando verificamos a relação entre autor e vítima, vemos comparsas, conhecidos, parentes ou alguma relação amorosa; ou seja, em quase 65% dos crimes, há uma relação próxima entre autor e vítima. Portanto, são crimes que se tornam muito difíceis de serem combatidos. E há outro detalhe que vai assustar o Deputado João Leite: na nossa região, 19 dos 32 crimes foram cometidos com arma branca. Arma de fogo não aparece com tanta incidência, enquanto na região metropolitana de 80% a 85% dos crimes são cometidos com arma de fogo.

Esta é uma lâmina que o doutor tem um prazer imenso em apresentar, não é?

O Delegado-Geral Pedro Antônio Mendes Loureiro - Bom-dia a todos. Do total de 32 homicídios consumados, temos 32 apurados. Portanto, nossa taxa de elucidação é de 100%, graças a toda a equipe da Risp. Quanto à evolução dos registros de homicídios nos principais Municípios, observamos que, em Barbacena, no ano de 2009, não houve nem um homicídio. Isso nos dá uma grande preocupação para o ano que vem porque, se ocorrer um homicídio, a taxa será aumentada em 100%. Em Conselheiro Lafaiete, houve seis homicídios; dois, em Ouro Branco; e São João del-Rei... Como disse o Coronel, o cometimento desses crimes é diversificado. Conselheiro Lafaiete, devido talvez ao aumento do número de apreensão de drogas, principalmente de "crack", observamos que dos quatro crimes estão relacionados a drogas; os outros dois são crimes cometidos entre familiares.

Com relação a crimes violentos, aos principais homicídios da 13ª Região, podemos ver que o índice está abaixando e que houve uma redução de cerca de 20%, como foi dito.

O Cel. José Eduardo da Silva - Esta lâmina ficou fora de ordem, volte-a por favor. Aqui, o que quisemos demonstrar é que o Município de São João del-Rei apresenta uma elevação, mas, se tomarmos a série histórica, na referida cidade, em 2005, houve 28 crimes; em 2006, 22; em 2007, 17; em 2008, 6. Infelizmente a meta de 2009 para o Município de São João del-Rei foi ultrapassada. Mesmo assim, se comparamos o índice atual à série histórica, o trabalho da

Código do documento: 763629

polícia de lá é um sucesso. São João tinha uma característica muito específica, que era a questão das brigas de gangues. O homicídio era muito relacionado a briga de gangue e guerra por ponto de vendas de droga. A Polícia Militar teve de fazer uma interferência veemente junto à Polícia Civil, para identificar os principais envolvidos com os crimes e, em trabalho conjunto, as polícias conseguiram retirar da sociedade as pessoas envolvidas com esse tipo de delito, e aqui está o fruto do trabalho. Quanto à Barbacena, estamos preocupados com o ano que vem, pois, para cumprir a meta que estabelecemos, o Comandante da Unidade e o Delegado terão de ressuscitar gente.

Questão de crimes violentos das principais cidades: naquelas três cidades-sede das Acisps mais Ouro Branco, vemos que existe uma tendência de redução desse índice, à exceção de Ouro Branco, que manteve uma certa estabilidade.

Aqui temos crimes violentos contra o patrimônio, e é a mesma coisa - uma série histórica. Há uma pequena ascensão em termos de Barbacena, mas já está decrescendo. Esperamos que isso continue em 2009 e 2010.

Agora, temos as operações policiais. Acreditamos que algumas de nossas ações interferem diretamente na criminalidade. Como estamos tratando de crimes violentos e homicídios, a Polícia Militar tem suas operações policiais e faz apreensão de armas. Uma das características da nossa região é termos metas também para apreensão de armas brancas - o que não acontece em outras regiões do Estado -,

até porque os crimes de homicídios aqui são cometidos, em sua maioria, com essas armas.

Essa é a linha evolutiva das operações policiais realizadas em 2008 - a azul - e, em 2009 -, a bonina. Podemos ver que elas estão ocorrendo com maior intensidade, e aqui está o reflexo disso: as apreensões de armas de fogo em 2009 superam em cerca de 30% as de 2008. Quanto às apreensões de armas brancas, é importante estarmos atentos, pois o crime de homicídio em nossa região envolve esse tipo de arma, apesar de ser muito difícil fazer esse controle, pois, muitas vezes, elas são instrumento de trabalho, principalmente no meio rural. Não chamei a atenção para isso, mas 30% de nossos homicídios ocorrem no meio rural, muitas vezes com ferramentas de trabalho. Portanto, a questão é mais complicada.

O Delegado-Geral Pedro Antônio Mendes Loureiro - Em relação aos inquéritos policiais concluídos nos primeiro e segundo trimestres deste ano, observamos que as metas do Estado estão sendo cumpridas. No primeiro, tivemos 1.630 inquéritos policiais, com uma média de 530 por mês, e, no segundo, 1.828 inquéritos policiais relatados, aumentando-se a média para 576 inquéritos policiais por mês. Ao todo, fizemos 3.458 inquéritos policiais relatados. Quanto aos inquéritos policiais de cada Acisp, temos o seguinte: Barbacena, 1.881; Conselheiro Lafaiete, 1.220; e São João del-Rei, 1.055. Podemos observar que, nas três Acisps, o trabalho do Judiciário é mais ou menos o mesmo. Os termos circunstanciais de ocorrência - aqueles de menor potencial ofensivo - ajuizados nos dois trimestres são os

Código do documento: 763629

seguintes: no primeiro, tivemos 2.730 TCOs ajuizados e, no segundo, 3.285. A média é de 900 por mês, ou mais um pouco, na faixa de 1.050. Ao todo, já produzimos 6.015 TCOs relatados, o que envolve cerca de 12 mil pessoas. Quanto aos TCOs ajuizados no semestre, podemos observar o seguinte: Barbacena tem 1.818; São João del-Rei, 1.643; e Conselheiro Lafaiete, 2.254. Ao todo - repito - são 6.015.

O Cel. José Eduardo da Silva - Em relação às metas, o nosso objetivo é reverter a tendência de crescimento dos crimes de homicídio. O objetivo principal da Polícia Civil é manter a qualidade da apuração, ou seja, 100% dos delitos apurados. Podemos observar que esse índice é melhor que o de um país desenvolvido, é muito bom. Em relação à PM, queremos intensificar a operação de desarmamento e a operação 51, que envolve também as armas brancas. Esse é um número sugestivo em relação aos bares. Essa operação já é feita pela Polícia Militar e, às vezes, pela Polícia Civil, e vamos tentar incrementá-la com o objetivo de realmente evitar a tendência de crescimento de homicídios. Outra ação importante é identificar os autores contumazes de crimes de ameaça e lesão corporal, visando à atuação preventiva. É importante acompanharmos os inquéritos policiais e, em consequência, os processos para saber se as pessoas foram realmente julgadas, condenadas e cumpriram suas penas. Esse é também o nosso objetivo para conseguirmos manter o nosso índice. Também queremos reduzir os principais crimes contra o patrimônio: furtos e roubos. Observamos, nas reuniões internas, que uma das preocupações da população, principalmente de Barbacena, são os crimes de arrombamento. Embora

sua tendência seja cair, nós, da Polícia Civil, vamos identificar os principais autores e criar proteções preventivas e temporárias. Com a Polícia Militar, promoveremos a identificação e o combate aos receptadores, pois, se combatermos esse elo da cadeia criminosa punindo-os exemplarmente, acreditamos que o índice de arrombamento e os crimes violentos contra o patrimônio reduzirão. Serão feitas operações conjuntas com órgãos da Receita Estadual e municipais. A Polícia Civil terá que solicitar a custódia dos menores envolvidos em ocorrências de furto. Em relação à Polícia Militar, haverá a implementação do policiamento por referência.

O Delegado-Geral Pedro Antônio Mendes Loureiro - Na verdade, essa é uma estratégia que estamos tentando porque a incidência do crime contra o patrimônio público vem incomodando muito. Esse é um crime de difícil combate, principalmente os arrombamentos às residências. Essa é uma estratégia que tentamos implementar: os policiamentos de referência. Ela já foi levada a efeito na 3ª Região e deu muito certo: consiste no retorno de policiamento dos bairros. Assim, o policial pode ser uma referência naquela comunidade e ser o propagador da segurança pública e das estratégias de autodefesa. Nossa região tem uma característica interiorana, e, muitas vezes, os furtos são motivados pelo descuido da própria vítima.

Outra meta que não pode faltar nos órgãos responsáveis pela segurança pública é o combate sistemático ao tráfico de drogas. Já temos algumas estratégias delineadas, mas a principal delas é a

Código do documento: 763629

integração das áreas de inteligência das polícias, pois, como já expliquei para o Colegiado de Defesa Social, o responsável pela formalização da culpa e materialização do processo é o Delegado, e a informação não pode ficar parada na Polícia Militar, sem chegar até aquele que tem a competência legal para encaminhar o processo ao Poder Judiciário. A integração deve acontecer justamente nesse sentido, de forma que o conhecimento tácito da tropa que está nas ruas possa ser dividido com a Polícia Civil. A outra questão é a do empenho de representação por mandado de busca e apreensão, prisão e realização de operações conjuntas de combate sistemático ao tráfico. Toda a estratégia de combate ao crime implementada em Minas Gerais está delineada pelo Programa Mineiro de Desenvolvimento Integrado do governo do Estado, que estabeleceu metas para 2011 e, principalmente, 2023 - quando queremos que Minas Gerais seja o melhor Estado para se viver. As metas do PMDI para 2023 são de 239 crimes violentos para cada grupo de 100 mil pessoas; 5 homicídios para cada grupo de 100 mil; e 136 crimes violentos contra o patrimônio para cada grupo de 100 mil.

Por que estamos dizendo que, para nós, 2023 já chegou? Essas são taxas projetadas para o ano; pegamos a taxa média anual, dividimos pelo número de meses - até setembro são nove meses - e multiplicamos por 12 para se chegar à projeção de uma taxa média. Pela projeção, em 2009 teremos 86 crimes violentos para cada grupo de 100 mil, o que está bem aquém das projeções do Estado para 2023; 5,08 homicídios para cada grupo de 100 mil - apenas 0,08 acima da

Código do documento: 763629

projeção; e, arredondando, 67 crimes violentos contra o patrimônio, enquanto a projeção do Estado é de 136. Essa é uma lâmina que sempre faço questão de apresentar porque devemos ter um parâmetro - no nosso caso, o PMDI - e, de acordo com ele, quero deixar claro às senhoras e aos senhores presentes que, para nós da 13ª região o futuro já chegou: 2023 é hoje! Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Agradecemos ao Delegado e ao Comandante a apresentação. Parabenzamos e a toda a equipe da Polícia Civil e da Polícia Militar pelo trabalho realizado na região. Todos os homens e mulheres das polícias, que vêm trabalhando tanto, estão de parabéns.

Já temos a alegria de contar entre nós com a presença da Vice-Presidente desta Comissão de Segurança Pública, Deputada Maria Tereza Lara, que convido para compor conosco a Mesa. (- Palmas.) Antes de abrir o debate, quero passar a palavra ao Presidente da Câmara, Ronaldo Braga, a fim de dar as boas-vindas a todos.

O Vereador Ronaldo Braga - Bom-dia a todos. Nós, da Câmara Municipal de Barbacena, estamos muito honrados, Deputado João Leite, com essa distinção de trazerem até aqui esta audiência pública, que trata de um tema tão importante. Graças a Deus, depois de vermos a apresentação do Comandante da nossa Polícia Civil e da 13ª Risp, ficamos orgulhosos por vivermos em uma região um pouco mais segura. Porém quero pedir ao Coronel que não descanse, pois esses dados poderão aumentar 300%, 400%. Fiquem sempre alertas, pois não podemos nos acomodar com dados tão expressivos. Vamos esquecer 2023 e pensar

Código do documento: 763629

no próximo ano, para termos uma sociedade cada vez mais segura. Não há como deixar de parabenizar a Polícia Civil e a Militar por resultados tão expressivos quando comparados às taxas de Minas Gerais e pelas projeções e estatísticas para se estabelecerem novas metas, a fim de que o Estado e a nossa região sejam mais seguros.

Então, Deputado João Leite, em nome da Câmara Municipal de Barbacena, agradecemos a presença de toda a sociedade que aqui se encontra e registramos mais uma vez os nossos agradecimentos à Assembleia Legislativa pela realização desta audiência em nossa cidade.

O Sr. Presidente - Somos nós que agradecemos ao Presidente da Câmara a atenção. Registramos e convidamos para participar desta Mesa nosso ex-colega da Assembleia Legislativa, ex-Deputado Edson Rezende, Vice-Prefeito de Barbacena. Quero também registrar a presença de Eurico do Espírito Santo Filho, Vereador de Cristiano Otôni; Gerson Luiz de Souza Lima, Presidente da Câmara de Cristiano Otôni; Valdir Gonçalves de Faria, representando o Sr. Djalma de Carvalho Júnior, Prefeito de Capela Nova; Flávio Dani Franco, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Barbacena; Rodrigo Braga de Castro, representando a empresa Nogueira Riveli; Marcos Vinícius de Paiva Silva, Delegado Regional de Barbacena; Flávia Murta, Delegada de Polícia Civil; Fernando Sad, Delegado de Polícia Civil; Fátima Maria Campos, Delegada de Polícia Civil; Marileila de Moura Rodrigues Macedo, Delegada de Polícia Civil, Titular da Delegacia de Mulheres; Vanderlei José Miranda, Delegado de Polícia

Código do documento: 763629

Civil, Titular do Setor 4 da 118ª Aisp de Barbacena; Carlos Capistrano, Delegado de Polícia Civil, Titular do Setor 013 e Coordenador Administrativo da Aisp de Barbacena. Agradecemos a presença de todos. Gostaria do nome de nossos Comandantes da Polícia Militar.

Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara, para suas manifestações iniciais.

A Deputada Maria Tereza Lara - Bom-dia a todos. Desculpem-me o atraso, mas fiquei presa em um engarrafamento. Nossos cumprimentos ao Presidente da Comissão, Deputado João Leite, ao nosso Vice-Prefeito, ao ex-Deputado Edson Rezende, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades presentes já nominadas, às mulheres Delegadas. Na explanação que ouvi, chamou-me a atenção a integração entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. Com certeza, esse é um dos critérios que faz com que haja sucesso nesse trabalho. Isso é extremamente importante. Também é importante a presença de todos que estão representando as polícias. Estive em Brasília, na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, e pude perceber a importância das polícias no combate à criminalidade. É imprescindível a participação da sociedade civil. Por isso, a nossa Comissão visitou as Risps, e em Barbacena há uma delas. Deputado João Leite, tivemos uma oportunidade de avaliação de prestação de contas, como incentivo àqueles que tanto estão trabalhando em defesa da vida e da nossa sociedade. Foi uma oportunidade de mostrarem esse trabalho. Ao mesmo tempo, nosso Presidente da Câmara, Vereador Ronaldo, disse que -

gostaria de repetir sua fala -, enquanto houver um homicídio, com certeza, não poderemos descansar. Certamente, esse é o propósito tanto das polícias quanto de todos aqueles que trabalham em segurança pública. Cada meta nos leva a trabalhar mais e mais, pois é um incentivo para que sempre tenhamos respeito à vida.

Sr. Presidente, autoridades presentes, representantes da Prefeitura e companheiros, temos o compromisso de apoiar esse trabalho extremamente importante. Tenho dito, muitas vezes, que as polícias são como nós, políticos, pois há uma certa generalização em relação a ambos. Sofremos muito com as generalizações, mas elas não são verdades. Sabemos que não. Sabemos que as Polícias Civil e Militar, em Minas, têm prestado um excelente trabalho. Há exceções que têm de ser tratadas como tal e revertidas. Então, nosso compromisso é estar juntos, construindo uma Minas Gerais muito melhor. Parabéns ao nossos companheiros de Barbacena, desejando-lhes sucesso nesse trabalho. Com certeza, há uma integração entre o Executivo e esse trabalho que está sendo realizado. Parabéns à Câmara Municipal e a todas as lideranças. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradeço a contribuição da Deputada Maria Tereza Lara, que é tão atuante na Comissão de Segurança Pública da Assembleia. Está conosco o Vereador Gonzaga, de Barbacena, a quem agradeço a presença. Registro e agradeço a presença do Cel. Bratiliere, Comandante do 9º Batalhão de Barbacena.

Com a palavra o Vice-Prefeito de Barbacena, o ex-Deputado Edson Rezende, nosso companheiro na Assembleia.

O Vice-Prefeito Edson Rezende - Quero saudar todos os presentes por estarem aqui para discutir um tema tão importante como a segurança. Nada melhor do que fazer isso na Casa do povo. Esta Casa é histórica pelos seus debates, pelo espaço que tem aberto ao povo com a participação do Vereador Ronaldo Braga. Agradeço a presença do Deputado João Leite e da Deputada Maria Tereza Lara, que têm anos de luta na segurança. O Deputado João Leite foi Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Quando estive na Comissão de Direitos Humanos, havia um momento importante para a discussão. Aprendi muito com o Deputado João Leite, principalmente com sua garra em defesa dos direitos humanos. A Maria Tereza Lara esteve sempre voltada para as questões sociais. Na área da segurança pública, é uma pessoa que faz a diferença. É um prazer estarem conosco, companheiros de longa data. Quero, ainda, cumprimentar toda a Mesa, em nome do nosso Presidente, que está aqui para este debate. Cumprimento todas as mulheres que compõem as delegacias e as defesas militares da população.

Serão breves as minhas palavras. Vimos acompanhando, ao longo dos últimos anos, esses problemas em Barbacena. Normalmente, dissemos que ela é uma cidade tranquila, que aqui ocorrem poucos homicídios, que os furtos não são tão intensos. Mas gostaria de colocar um dado, que é a nossa preocupação: a apresentação da nossa Polícia Militar e da nossa Polícia Civil. Sempre tivemos o sonho de elas trabalharem juntas. Fico feliz de vê-las aqui juntas, Eduardo. A Polícia Civil tem de estar junto com a Militar. Quando vemos essa apresentação, temos esperança e vemos que estamos no caminho certo.

Quanto ao planejamento, ficamos a pensar o que vamos fazer em 2023. Redução dos homicídios, dos crimes violentos contra o patrimônio? Há uma série de índices. Temos de trabalhar os indicadores. Esses indicadores são metas a serem cumpridas. A presença de vocês nos chama a atenção para que também façamos nossa parte. Estou na direção do Departamento Municipal de Saúde Pública - Demasp - e sei que temos uma relação direta com a violência. Hoje, por exemplo, temos, como quinta causa de morte, a violência no trânsito. Vamos conversar com o Bratiliere sobre uma campanha, sobre um programa para evitar acidentes. O Gonzaga começou um trabalho bonito com um adesivo, relativo à violência no trânsito. A violência no trânsito, a violência do homicídio ou a tentativa e o crime violento têm muito impacto na saúde. Os crimes violentos são os que mais produzem vítimas e gastos do ponto de vista econômico. Quando vemos essa queda, significa que as polícias se prepararam bem.

Temos, também, a Comissão de Monitoramento da Violência nos Eventos Esportivos e Culturais - Comovec -, que trabalha com ações preventivas da sociedade, que se organiza em conselhos locais para trabalhar a segurança. Há aqui uma experiência interessante. Enfim, a discussão envolve todos. O que o Cel. Eduardo falou é verdade. Estamos numa cidade ainda muita tranquila, pois deixamos as portas abertas. Então, o crime contra o patrimônio é facilitado. Ficamos sempre naquela linha divisória. Vamos ficar mais tranquilos, para convivermos melhor ou vamos ter um pouco mais de cuidado? As duas coisas devem estar juntas. Temos de saber qual o horário em que

ocorrem os crimes maiores, quais as pessoas de tal bairro. A presença dos militares e dos civis nos bairros é muito importante para a observação. O Conselho de Segurança Pública deve avançar. Espero que comissões como a Comovec, que é a melhor experiência que existe em Barbacena até o presente momento, multiplique-se e faça esse trabalho com a Polícia Militar e com a Polícia Civil. Isso vai diminuir ainda mais esses índices presentes.

Deixo uma pergunta final. Já conversei com o Cel. Bratiliere e com o Cel. Eduardo sobre a questão da droga e do "crack". Vemos a disseminação do "crack" em toda a cidade. Vimos a sua chegada aqui há uns seis ou sete anos. Há um tráfico grande dessa droga em Barbacena. Isso vem aumentando. Queria saber um pouco sobre isso, ou seja, quais as ações que estão sendo tomadas e qual o futuro? O que a comunidade pode fazer para evitar essa situação?

O Sr. Presidente - Agradeço ao Vice-Prefeito, Edson Rezende. Ele toca num ponto importante no final da sua fala, provocando os Comandos das regiões integradas. Temos procurado, em nessas audiências, além dos Comandantes, trazer outras áreas do Estado para esse trabalho. Estão aqui representantes das áreas de educação, de assistência social, de desenvolvimento social, com a Juliana. Temos trazido, sempre que possível, o Subsecretário Antidrogas. Não foi possível a sua vinda aqui, mas, por onde tem passado, ele tem firmado convênio com as Prefeituras para a recuperação de jovens dependentes. Talvez seja importante um contato dos Comandantes com o Subsecretário Antidrogas, Cloves Benevides. Uma

Código do documento: 763629

ação do Secretário, no aglomerado Pedreira Prado Lopes, em Belo Horizonte, deu possibilidade de recuperação a muitos jovens dependentes que formavam gangues. Havia um grande número de crimes violentos. Além da ação importante das polícias, há a ação de outras áreas do Estado. Nosso entendimento é que essas áreas também devem se unir às polícias.

Convidamos também para estar aqui a Polícia Rodoviária Federal, já que temos pelo menos duas rodovias federais cortando a região. Das outras audiências, a Polícia Rodoviária Federal participou, como também a Polícia Federal. O que nos chama a atenção em relação à Polícia Rodoviária Federal é o pequeno número de homens e mulheres para atender à grande distância que têm de percorrer. Lembro-me de que Montes Claros, com três ou quatro rodovias federais, tem apenas 31 policiais. Pouso Alegre, com mais de 300Km, tem apenas 33 policiais rodoviários federais. Já podemos ver os furos na segurança pública, partindo do ponto de vista das rodovias.

Depois, vamos ouvir a representante da área de educação, tão importante. É preocupante a violência nas escolas. Não tenho os números de Minas Gerais, mas os outros Estados estão sofrendo. Vi agora os 82% de crescimento da violência nas escolas do Rio Grande do Sul. É algo preocupante e está ligado a algo com que estamos lidando muito bem, que são gangues formadas nesses lugares e há uma violência muito grande. Precisamos também da contribuição de todos e da participação da sociedade civil. Que bom que a Associação Comercial e Industrial está presente. Os conselhos municipais de

segurança pública são muito importantes. Diria que, por mais que fiquemos feliz com o trabalho conjunto da Polícia Militar e da Polícia Civil, se não houver a participação de todos, eles não vão dar conta. Precisamos chamar todos para essa luta, as escolas, as famílias, a sociedade.

Vou repetir que está presente o Ten.-Cel. Carlos José Bratiliere, para falar corretamente seu nome, Comandante do 9º Batalhão de Polícia Militar. Está conosco também o Ten.-Cel. Milton de Oliveira Costa, Comandante do 38º Batalhão de Polícia Militar de São João del-Rei, que engloba Barroso também. Barroso continua violento? Quando presidi a CPI Carcerária, a cadeia de Barbacena tinha mais presos de Barroso do que da cidade. Melhorou? Que bom! Em 1997, tínhamos, em Minas Gerais, 12 mil presos. Agora estamos com 46 mil. É algo impressionante. Nossas polícias estão trabalhando demais, e a delinquência está crescendo demais.

Agora estamos fechando com 46 mil presos. Isso é impressionante: ou as nossas Polícias estão trabalhando demais ou a delinquência está crescente. Creio que as duas coisas estão acontecendo. A questão das drogas é muito séria. Se continuarmos com esse crescimento, em 2011 teremos 79 mil presos. Será necessário construir muitas penitenciárias. Por isso, a educação é muito importante. Se a sociedade civil, a área de assistência social e antidrogas não participarem, continuaremos com as Polícias prendendo e gastando muito dinheiro com a construção de unidades penais, mas não resolveremos o problema.

O Maj. Edmilson Roberto de Souza, representando o Comandante do 31º Batalhão de Polícia Militar de Lafaiete; Maj. Cláudio César Trevisani, Comandante da 13ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito; Maj. José Raimundo de Souza, Subcomandante do 9º Batalhão de Polícia Militar; Maj. Jesus Milagres, da 13ª Região de Barbacena; Ten. Ricardo Medeiros da Cruz Borges; Ten. Gilberto Fonseca da Cunha Júnior; Ten. Charles Ramos Vidal (?); Ten. Alexandre Lasnor; Cap. Luiz Marcelo de Melo; Cap. Gelson Inácio Filho; Cap. Ângelo Augusto de Pádua e Silva; Sgt. Antônio Augusto; Sgt. Sérgio; Cb. Macedo; Sd. Moura e Sudão Luís Cláudio (?). Temos um sudão aqui. Agradeço a presença de todos.

Com a palavra, Juliana Resende Campolina de Sá, Diretora de Proteção Social Especial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Sedese, representando o Secretário Agostinho Patrús Filho.

A Sra. Juliana Resende Campolina de Sá - Bom-dia a todos. Agradeço o convite da Assembléia, parabenizando-a por esta iniciativa de debater sobre a segurança pública em todo o Estado. Cumprimento o Deputado João Leite, hoje é o dia de seu aniversário, pedindo a Deus que ele continue com muita força e com muita garra na defesa do interesse do povo mineiro. Parabenizo a Polícia.

Recordo-me quando começamos a discutir sobre o planejamento, em Belo Horizonte, sobre as ações estratégicas de planejamento de governo, em que muitas pessoas não acreditavam que a integração da Polícia Militar e da Polícia Civil fosse assertiva.

Essa já é a segunda audiência de que participo e escuto resultados efetivos no combate à criminalidade.

A prevenção é tão importante e tão desafiadora quanto o combate à criminalidade. Esse é um desafio que nós, os responsáveis pelas políticas sociais, temos que enfrentá-lo porque a integração das diferentes políticas não é fácil. Nós, assistentes sociais, focamos o primeiro seio protetivo, que é a família. Nós, que estamos aqui, graças a Deus pudemos contar com nossa família para a nossa formação como indivíduos e cidadãos, mas, infelizmente, essa não é a realidade de grande parte das pessoas.

Na Sedese, há três políticas importantes: a política de direitos humanos, a política de assistência social e a política de trabalho, que se voltam para aqueles que têm seus direitos violados e, ao mesmo tempo, geram igualdade de oportunidades.

Nesta semana, debateremos sobre a assistência social numa grande conferência. Com o apoio do Estado, implantaremos o Sistema Único de Assistência Social, que traz o poder público para perto de cada localidade, como referência de uma unidade à qual possam recorrer para conseguir proteção para subsistência e contra a violação de direitos.

Infelizmente, a violência doméstica tem aumentado muito. Minha diretoria está envolvida nas questões de violência contra os idosos e contra as mulheres. A mídia fala muito sobre o abuso e sobre a exploração sexual das crianças e dos jovens, mas a violência contra os idosos tem aumentado de forma contumaz. A função da política de

assistência social é estar presente nas diferentes localidades do Estado para que o cidadão tenha a quem recorrer. Infelizmente, não há comarcas em todos os Municípios. Minas Gerais é um Brasil e, infelizmente, não vemos os dados de Barbacena em todos os lados e nem a presença do Estado, que é um fator preponderante e muito importante para o combate à violência. O fortalecimento da escola é a primeira política social que temos como referência. Temos que incentivar a integração da escola na comunidade e nas demais políticas sociais.

Estou à disposição para maiores esclarecimentos. Não trouxemos os dados brilhantemente apresentados aqui. A assistência social é uma política pública muito recente. O Sistema Único de Assistência começou a ser implantado em 2005. Minas Gerais é um destaque no cenário brasileiro em relação à implantação dessa política, mas ainda está aquém da necessidade da demanda do nosso povo. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Juliana a presença e as informações trazidas. Tenho o sonho de juntar todos esses dados importantes de informações da Polícia Civil e da Polícia Militar. Os dados estão nos centros de referência da assistência social e nos centros públicos de promoção do trabalho. É uma oportunidade de trabalho para os jovens. Esses dados são importantes para a segurança pública. Nesses centros de referência, conhecemos o idoso que tem sido vítima da violência doméstica.

Espero conseguirmos tudo que vocês estão conseguindo aqui, envolvendo a Prefeitura, o Estado e o governo federal. Queremos que

todos os espaços políticos estejam à disposição para garantirmos a vida. Estamos torcendo pelas nossas Polícias para que vençam esse grande desafio. Queremos dar força às Polícias. A assistência social dá força, o trabalho e a política antidrogas também dão força. Muito obrigado, Juliana.

Com a palavra, o Dr. Marco Aurélio, Defensor Público em Barbacena.

O Defensor Público Marco Aurélio Brasil - Cumprimento o Deputado João Leite, Presidente desta Comissão, e todos os presentes.

Talvez alguns perguntem o que a Defensoria está fazendo nesse sistema. Na semana passada, houve um seminário que dizia que a segurança pública não envolve somente a Polícia Militar e a Polícia Civil, mas também o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a municipalidade porque todos nós vivemos numa região e almejamos a paz social. Cada um desses atores tem que trabalhar de acordo com a sua função. A Defensoria não está aqui para soltar bandido, mas, sim, para resguardar o direito do cidadão.

O Cel. José Eduardo, ao fazer sua explanação, diz claramente que alguns crimes na nossa região são cometidos por motivos fúteis, como exemplo as brigas de bar e as brigas por causa de terras. Ora, esses atores, como o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Defensoria Pública, estão aí para evitar isso. Portanto, uma das formas de atuação da Defensoria Pública é evitar o crime. Ora, se o cidadão está brigando com outro por causa de terra - geralmente são lavradores, pessoas

simples -, mas tem um dos atores apto a defender o seu direito, resgatá-lo, provocá-lo e, quem sabe, conseguir seu direito na justiça, um crime a menos acontecerá. A função da Defensoria não é simplesmente soltar bandidos, pelo contrário, na nossa concepção quem comete ato ilícito tem que ser punido. E a punição quem determina é a justiça, desde que fiquem resguardados os seus direitos. A melhor forma de combater o crime é reprimir e punir quem o cometeu.

A segurança pública é uma questão social, por isso estamos aqui e agradecemos a presença de V. Exa. para falar sobre esse tema.
(- Palmas.)

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Defensor Público Marco Aurélio.

Com a palavra, Mário Raimundo de Melo, Diretor da Superintendência Regional de Ensino de Barbacena, representando a Dra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Estado.

O Sr. Mário Raimundo de Melo - Cumprimento o Deputado João Leite e todos os componentes da Mesa. Estou um pouco assustado porque não estou afeito a esses momentos de fala, quanto mais à improvisação. Estamos representando a Secretária, mas nos sentimos em casa porque, hoje, a educação trabalha numa parceria constante com a segurança, em especial com a Polícia Militar. E vem desenvolvendo alguns projetos nas escolas, como o Proerd, que mostram medidas preventivas para os jovens.

Na Secretaria de Estado da Educação existem vários programas estruturadores que têm como objetivo tirar os jovens das

Código do documento: 763629

áreas de risco e mantê-los nas escolas. Temos, por exemplo, o Programa Aluno em Tempo Integral, nas escolas inseridas em áreas de maior risco. Os alunos ficam o dia inteiro na escola desenvolvendo projetos e aprofundando estudos, dedicando-se a atividades nas áreas de esporte, de lazer e de cultura para que não se exponham ao risco e, ao contrário, preparem-se para ser cidadãos verdadeiros.

Há vários outros projetos. A educação é o começo, é a semente. Estamos investindo muito na melhoria das escolas e na ampliação de salas para termos maior número de alunos que, além do seu tempo normal da educação básica, também desenvolvam esses projetos.

No Projeto FIT - Formação Inicial para o Trabalho - os alunos retornam às escolas para buscar uma profissão. No PEP - Programa de Educação Profissional - o aluno também recebe um treinamento, uma especialização, uma profissão para que, ao sair da escola, encontre uma colocação no mercado de trabalho. Dessa forma, estará fugindo de outros caminhos que muitas vezes busca por não ter opção, engrossando as estatísticas da criminalidade.

O Cel. José Eduardo disse muito bem. Na educação, também temos metas de proficiência e de redução de evasão, que são resultado da prevenção da criminalidade para termos uma sociedade mais justa e mais tranquila. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra, o Cel. Geraldo Magela Moreira de Freitas, Comandante da Guarda Municipal.

O Cel. Geraldo Magela Moreira de Freitas - Cumprimento e parabênzo o Deputado João Leite, saúdo todos os integrantes da Mesa, a todos o nosso bom dia. Barbacena e região - 61 Municípios da 13ª Região Integrada da Segurança Pública - são privilegiadas, conforme os dados apresentados. O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado e a Ação Governamental projetam para 2023 um Estado melhor para se viver. Na área de segurança pública, podemos dizer que já chegamos a 2023, ou seja, o futuro já chegou. Temos uma região muito boa para se viver, especialmente se falarmos de Barbacena. O governo municipal participa dessas ações, apoiando o Núcleo de Prevenção Ativa da Polícia Militar, no que se refere aos direitos humanos, à polícia comunitária e especialmente em relação ao Proerd. Há projetos na área educacional que alcançam as 34 escolas municipais e telecentros criados nas escolas. Na área de esportes, existe um projeto social de natação apoiado pelos Correios. Apoiar-se, ainda, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social por meio dos 10 conselhos. Na matéria veiculada em julho último, no jornal "Estado de Minas", fala-se do Índice de Homicídio na Adolescência - IHA - e Barbacena se destaca com zero, ou seja, não houve jovens assassinados. Esse destaque também vai para Conselheiro Lafaiete, na região, e Divinópolis. O governo municipal tem projetos em que atua ativamente na segurança pública. Ultimamente, os Municípios têm-se preocupado com isso, têm-se envolvido, e Barbacena faz sua parte.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Agradecemos ao Comandante da Guarda Municipal de Barbacena. Abrimos os debates aos
Código do documento: 763629

que desejam falar. A Daniela irá anotar o nome dos que desejam inscrever-se. Iniciaremos a fase de debates. Há uma pessoa inscrita, a Marli Gava da Silva, da Comissão de Acompanhamento da Assistência Prisional de Barbacena e da Comissão de Direitos Humanos e Ética de Barbacena.

A Delegada Marli Gava da Silva - Bom dia aos presentes, saúdo à Mesa. Neste momento, lamento imensamente não ver representante da sociedade civil na Mesa, que tem diversos trabalhos realizados nesta cidade com objetivos nobres de tentar participar dos debates sobre segurança pública. As pastorais carcerárias realizam seus trabalhos e não têm representantes. Lamento, ainda, que o Presidente da Casa não nos tenha convidado para participar. A Comissão de Direitos Humanos e Ética, sociedade civil desta cidade, instituição já reconhecida como de utilidade pública não foi convidada. Soube desta audiência porque estive em Belo Horizonte com o Deputado Durval Ângelo a quem entreguei denúncias relativas ao sistema prisional da cidade. Ele agendou uma visita, hoje às 10 horas, ao sistema prisional. Quando eu estava lá, soube que esta audiência estaria acontecendo aqui às 10 horas. Assim, viemos para cá. Liguei para o gabinete do Deputado, e a secretária informou que ele não poderia estar presente. A Comissão de Direitos Humanos em Barbacena, acompanhada por mim e pela Wanda, há 10 meses tenta conhecer melhor o sistema prisional do Município, que tem mais de 180 presos, dos quais 7 são mulheres. É um sistema carcerário ainda bastante desumano, uma instituição que precisa ser reconhecida como

presente e não invisível em nosso contexto social. Ela é presente para os que estão lá dentro, mas passa despercebida para muitos membros sociais. Nós temos reconhecidamente um Código Penal que traz em sua formulação um pressuposto de acompanhamento e de penalização adequados. O Município tem muito a avançar nessa área. É preciso reconhecer o que precisa ser melhorado. Muitas coisas mudaram depois que a Suape assumiu o sistema, o que reconhecemos. As Polícias Militar e Civil fizeram o melhor no tempo que lá estiveram, o que também reconhecemos, mas ainda não é o suficiente. Pergunto: o que as autoridades municipais têm feito para melhorar essas condições? Nosso amigo, o Vereador Alaôr Leite, que estuda comigo, acompanha-nos nesse trabalho e participa de perto dos debates que a sociedade civil tenta articular com as Polícias Militar e Civil, além de outros órgãos responsáveis pelo acompanhamento prisional. Deixo com o senhor uma pesquisa que a Wanda e eu realizamos. Ela traz o perfil social dos presos. O período de pesquisa foram os meses de janeiro e fevereiro. Dela consta a faixa etária e os tipos de crimes mais frequentes. Segundo dados apresentados por eles, são roubo, furto, envolvimento com drogas e homicídio, que veio em quarto lugar. Percebemos que o discurso da defesa social precisa pensar nas desigualdades sociais. Fazer previsões para o número de ofertas nas cadeias públicas do futuro é uma proposta interessante. Entretanto, pensar nas políticas públicas participativas, em nosso Município, que possam diminuir as desigualdades que existem nos bairros - crianças sem alimentação, sem rede de esgoto, sem água potável, sem apoio pedagógico adequado - é o

nosso grande trabalho, o trabalho de prevenção. Pensar que precisamos de mais de 100 mil vagas para o futuro? Quanto estamos investindo em educação? Essa é a minha exposição. A sociedade civil se reúne com esforços de voluntários. São pessoas que não ganham absolutamente nada, mas têm seus ideais religiosos, filosóficos, que são suficientemente grandes para nos alimentar e nos fazer acreditar que essa cidade pode melhorar a partir do esforço de todos. Para isso, todos devemos nos empenhar com seriedade no que desejamos buscar. Acima de tudo, Deputado, é necessário pesquisar a nossa área. Projetos prontos e idealizados em outros contextos são muito bons, mas a nossa realidade é única. Cada bairro tem a sua história e cada povo tem seu contexto. Precisamos conhecer esse contexto para, a partir dele, promovermos as mudanças necessárias. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação da Marli Gava da Silva. Recebemos o documento e o levaremos à Comissão de Segurança Pública. Parabéns pelo trabalho. Leremos com atenção. O próximo inscrito é o Sr. Maurílio José, jornalista e radialista, a quem agradecemos a presença.

O Sr. Maurílio José - Parabéns ao Sr. Deputado e à gloriosa Polícia Militar. Ali está meu afilhado, ali sentadinho, o sentinela da Mantiqueira que vi crescer. Não adianta discutir crime, se não houver execução penal digna. Na região, há muito tempo falta lugar decente para colocarmos nossos presos. O detento hoje nem se chama preso, chama-se detento, interno. Fui assessor de imprensa em Ressaquinha. Lá, ganhamos a construção de um presídio. O que a cidade

precisava dar? O terreno. O Prefeito Onésimo Ferreira Condé trabalhou, fez todos os esforços. Quando estava quase pronto, alguém surgiu e questionou que a cidade seria desprestigiada com a construção de um presídio, que as pessoas iriam fugir. Fomos a Ipaba para ver a situação do presídio, que na época era o melhor que havia. Sou técnico em mecânica e vi torno Promeca que nunca havia visto, apesar de ter trabalhado para as melhores empresas do Brasil e do exterior. Trabalhei para a Liberré(?), uma empresa alemã que monta guias, e nem lá havia um torno Promeca da qualidade do existente em Ipaba, para que o detento pudesse aprender tornearia mecânica. Hoje, sou bacharel em Direito com muito orgulho. Não fiz advocacia para ficar na porta do xadrez para soltar vagabundo e nem para ficar na Justiça do Trabalho naquele mercado persa. Fiz Direito para conhecer direitos e deveres. Na escola pré-primária, um dos primeiros ensinamentos deveria ser o respeito e conhecimento da Constituição, o reconhecimento de nossos direitos e deveres. Todos falam dos nossos direitos. Alguém fala de nossos deveres? Não. Respeitar o próximo, a família do próximo, a senhora, o policial militar que trabalha em nossa defesa, isso ninguém ensina, escola alguma ensina. Então, pensa-se em fazer em Barbacena um local para 120 presos, detentos, com escola profissionalizante, escola rural, enfim com tudo isso. Apareceu um bando de desocupados da Praça dos Andradas e fez um levante contra a construção de um presídio decente. Vá até a cadeia e veja o estado do porão. Aquilo é lugar de recuperar alguém? Não recupera ninguém. O camarada sai de lá mais revoltado. O caboclo

roubou dois botijões de gás e ficará junto com um assaltante de banco. Ele sairá de lá mais profissional e nunca mais roubará botijões de gás, pois aprendeu a assaltar banco. Deputado, acompanho seu trabalho pela TV Assembleia, acompanhei-o como goleiro do glorioso atlético, sei de sua capacidade e de seu interesse pela nossa sociedade de modo geral, mas antes, bem antes de falarmos em combate ao crime, temos que nos perguntar: como combatê-lo? Como recuperar? Falou-se de drogas. Na região, temos apenas uma Apac, que fica em São João del Rei. É preciso esperar seis meses, 1 ano, para conseguir uma vaga para um drogado que deseja se recuperar. Não é que ele esteja na droga porque quer ficar, mas está porque não tem como sair. Temos um escritório de advocacia e o que vemos é completamente humilhante. Uma mãe chega e nos diz que o filho, que tem 15 anos, está preso em João Pinheiro, porque já roubou, já matou, já fez de tudo para conseguir uma pedrinha de "crack". Nada acontecerá enquanto os Srs. Deputados, Vereadores e Prefeitos ficarem só no projeto, no papel, e não enxergarem a realidade, como falou a nossa querida Marli. É preciso haver, em cada região, um lugar para abrigar esses meninos.

Existem crianças de 10 anos que já estão cheirando "crack", basta ir à periferia da cidade, nos Bairros Nove de Março, Santa Maria, Nova Cidade, etc. Posso enumerar um por um, porque conheço todos, como repórter e jornalista. Meninos de 10 a 14 anos estão se afundando no "crack". (- Falha na gravação.) E não é só da periferia, não. Dizem que é porque a pessoa é da favela. Não é não. Há filhos de

ricos, abastados; esses ainda são piores porque são chantageados. E não temos como recuperar essas crianças, que amanhã serão assaltantes de bancos, de carros, de residências. Não há como recuperá-los, porque não temos um lugar decente para abrigá-los. Aí alegam que é preciso baixar a maioridade penal. Daí a pouco, o filho, no ventre da mãe, já está penalizado, porque meninos estão entrando cedo na droga.

É essa mensagem, Deputado, que eu gostaria que o senhor levasse para a Assembleia Legislativa, para o governo do Estado, para a segurança pública, para a defesa social. Não vou falar só em nome de Barbacena, porque seria demagogia. A maioria defende o seu bairro e o seu território. Não sou Deputado nem candidato a nada, pelo menos por enquanto. Não estou dizendo que no futuro não serei: o futuro a Deus pertence. Mas, como disse a Marli Gava, vão visitar a cadeia, o porão lá embaixo. Não a parte de cima, que é uma beleza se comparada com a parte de baixo. Aí vocês verão do que precisamos urgentemente. Políticos de todos os partidos têm de se conscientizar de que o detento só se recupera perto da família. Não adianta tirá-lo daqui e mandá-lo para, por exemplo, João Monlevade ou João Pinheiro, aonde a pobre da mãe não tem condição financeira de ir. Aí ela vem atrás de Vereador, para pedir passagem para visitar o filho. Dizem que Vereador não trabalha, mas trabalha em casa. Respeito muito o trabalho do Vereador. É lógico que alguns deixam a desejar sim, mas não vamos julgar todos por um. Muitos trabalham mesmo.

Precisamos urgentemente, Deputado, de um lugar decente para recuperar o infrator, principalmente menor. Isso é algo para ontem ou

anteontem. Vejo o esforço da polícia, conheço todos aqui, aquele ali ainda é meu vizinho. Este é o nosso dilema: vocês prendem hoje, amanhã a Justiça solta. E o faz porque não tem lugar para recuperar essas crianças. Aliás, não recupera mesmo. Se não recupera o adulto, como vai recuperar a criança? É como dizia o velho caudilho Leonel de Moura Brizola. Enquanto se gastam R\$1.800,00 para manter um preso na cadeia, gastam-se R\$30,00 para manter uma criança na escola. Vejam a disparidade. Não é disso que precisamos, mas de políticas reais para recuperarmos os delinquentes. Obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, Maurílio, pela participação e pelas ideias. Informo a todos que tudo está sendo gravado. As notas taquigráficas farão parte de um relatório desta Comissão de Segurança. É importante tudo que vocês estão dizendo, até para orientar a Assembleia Legislativa na votação do Plano Plurianual de Ação Governamental e das leis orçamentárias. O Maurílio me fez lembrar que hoje temos em Minas 1.500 pessoas cumprindo penas em comunidades terapêuticas. Eram dependentes químicos, e o Juiz determinou que cumprissem suas penas nessas comunidades.

Devo também agradecer à Marli a participação, mas tenho de livrar a Câmara Municipal, porque liguei para o Presidente e solicitei o plenário. Mas era obrigação da Assembleia Legislativa fazer todos os convites. Contudo, não conseguimos alcançar todos. Procuramos fazer contato com os Conseps, sempre tento ligar e fazer o convite. A formação da Mesa também não foi obra do Presidente da

Código do documento: 763629

Câmara, mas minha; ainda bem que temos uma mulher na Mesa, ou melhor, são duas, incluindo-se a Vice-Presidente Maria Tereza Lara. Faltou realmente alguém da comunidade. Então, o erro não é da Câmara Municipal, e sim meu. Desculpem-me.

Vamos realizar 17 audiências como esta para verificar como está a integração das polícias. Já fizemos quatro e vamos melhorando durante o processo. Queremos uma grande participação da população. No início eu disse que, sem participação popular, não conseguiremos ter uma boa segurança pública. Além da participação popular, precisamos de outros atores. Está aqui a Sedese e a Secretaria de Educação. Não contamos com a presença da Secretaria Antidrogas, mas ela esteve presente nas outras audiências. Nosso interesse é esse, e você está certa em sua reclamação.

Passo a palavra ao Francisco dos Anjos, líder comunitário de Santa Luzia, a quem agradeço a presença.

O Sr. Francisco dos Anjos - Bom-dia a todos. É um prazer estar aqui. Saúdo o Deputado João Leite, o Presidente da Câmara e todos os presentes. É muito importante abordar um assunto da realidade brasileira atual.

Sou líder comunitário de um bairro, vamos dizer, que ainda não teve o privilégio de receber todas as ações de que necessita do Estado ou do Município. O momento é oportuno para se falar de segurança. O Cel. José Eduardo falou da estatística da Polícia Militar, e acho que a polícia trabalha com base em estatística para falar a respeito das ações sociais. O que acontece no meu bairro é

que houve uma mistura de pessoas de vários lugares, cada um com uma formação, inclusive da zona rural, vindo em busca de saúde, educação e trabalho. Fiz uma denúncia à Promotora, e lá essa realidade pode ser comprovada com o chamado poder paralelo. O que acontece com os moradores de lá é que eles temem fazer uma denúncia, chamar o 190, com medo de represálias. A gente conhece o dia a dia das pessoas, e elas têm medo de fazer denúncia, por temer a represália dos bandidos, aqueles delinquentes que, infelizmente, não têm retorno.

Gostaria de dizer ao senhor, como exemplo de atleta e de homem público, que coordeno lá um projeto social chamado Criança, Futebol e Esperança. Acredito que, quanto mais esportes, engajaremos mais juventude e teremos menos problemas. E tem muitos craques lá. A minha oração é fazer o bem, sou voluntário, não ganho nada para isso. Penso que, contribuindo socialmente, estarei fazendo a minha parte. Diante de V. Exa., acho que o meu campo de várzea merecia aquele projeto seu de iluminação dos campos em Minas Gerais.

Tenho de agradecer à ação da Polícia Civil e da Polícia Militar; muitos colaboram conosco por eu fazer parte do Consep da cidade. Eles nos têm atendido naquilo que podem. Não dá para taxar a polícia como aquela entidade que só prende. Temos de reconhecer que a Polícia Civil e a Militar também sabem educar. É pela educação que conseguiremos vencer esses desafios.

Há um pensamento que eu gostaria de citar. As atividades físicas e esportivas preparam o indivíduo para os desafios da vida, em que vitórias e derrotas serão uma constante. Estou lá colaborando

socialmente. É um bairro que, até cinco anos atrás, relatava várias ocorrências, coisas graves, como é do conhecimento do setor policial. E isso foi minimizado, evidentemente, com a chegada da educação e do esporte. Era essa a minha participação.

O Sr. Presidente - Você não falou das escolas de Santa Luzia.

O Sr. Francisco dos Anjos - Temos duas pré-escolas. Lá não deveríamos chegar só com polícia, mas também com mais escolas, saúde e educação.

O Sr. Presidente - E as escolas têm espaço esportivo?

O Sr. Francisco dos Anjos - Lá utilizamos o campo de várzea - que é a área de lazer - como recreio dessas escolas infantis. E fico em alerta para que não a invadam por exemplo, porque é área pública. Eu me tacho como líder comunitário, fui escolhido pela comunidade para representá-la. Algumas pessoas, até por falta de informação, acham que sou Delegado, Juiz ou Prefeito. Sou um cidadão que quer cumprir meus deveres, mas eles veem na gente essa pessoa, às vezes até um policial, mas, na verdade, não sou. No entanto posso colaborar.

Só tenho a agradecer e enaltecer o trabalho da polícia, que muito tem me ajudado lá. Acho muito bacana. Está de parabéns o Comandante do setor lá, o Ten. Ricardo, aqui presente, que costuma me dar uma força. Quero salvar as crianças especificamente. Era só isso. Obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - O nosso Presidente falou que você é um talento no futebol. Foi olheiro do Vasco, tem de ser olheiro do Atlético. Estamos precisando de jogadores.

O Sr. Francisco dos Anjos - Sou suspeito para falar, porque sou atleticano. Você é um dos nossos ídolos, faz parte da nossa história.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. O Francisco se referiu ao programa Campos de Luz, que já iluminou 600 campos de várzea no Estado de Minas Gerais, sendo mais de 70 na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Pesquisas demonstram que, onde os campos foram iluminados, houve 73% menos de ocorrência criminal. Em alguns Municípios onde há o Campos de Luz, os clubes não têm de pagar, é uma taxa de iluminação pública, como os postes, o que tem ajudado muito os jovens, as crianças, os trabalhadores. Sabemos que a mensagem do Governador, que está chegando à Assembleia Legislativa, traz um recurso considerável para a instalação de mais campos. Seria até interessante as Risps sugerirem ao governo quais campos devem ser iluminados. Esse do Francisco, sem dúvida, deverá ser um, porque parece que é o único espaço de lazer dessa comunidade.

Com a palavra, o nosso Vereador Alaôr Leite.

O Vereador Alaôr Leite - Bom dia, Deputado João Leite. Parabéns por essa data especial, que é o seu aniversário, um marco na sua vida, com certeza. Que Deus te abençoe, dê muita luz e sabedoria para continuar trabalhando em prol da vida. Que bom que a Marli teve oportunidade de tocar nessa questão, e, como vivemos numa democracia, Código do documento: 763629

você pôde desculpar-se de tantas obrigações, que, às vezes, deixam algumas falhas. Também fiquei sabendo de última hora que esta audiência trataria de segurança pública. Graças a Deus, estamos aqui, e a Marli teve oportunidade de explanar a toda a sociedade de Barbacena as coisas que, às vezes, acontecem, principalmente no nosso presídio.

Precisamos, sim, melhorar muitas coisas, sobretudo quando nos referimos à vida do ser humano. Temos de combater o crime, mas melhorar a vida. Falar em vida é falar em prevenção. Falar em segurança é tratar das atitudes que devemos ter, principalmente em relação a patrimônio público. Graças a Deus, Barbacena é muito bem-acolhida. Temos a Guarda Municipal, que está aí ao longo de 13 anos. Precisa ser melhorada, para que realmente possa dar as mãos à Polícia Militar, à Polícia Civil e a outros órgãos da comunidade organizada. Aí podemos melhorar cada vez mais, sobretudo, a questão do patrimônio público.

Como professor de educação física, tenho um projeto para as praças de Barbacena. Ali é o eixo da droga, do vício, da prostituição que depreda o patrimônio público. Todas as manhãs, estou nas praças de Barbacena fazendo ginástica com o pessoal de faixa etária de zero a 100 anos. Aquele que se sente à vontade e comovido, com vontade de ser gente e se sentir bem, vai participar de uma atividade diferenciada. Vamos tirar o medo, a depressão, a ansiedade das pessoas, olhar a questão da saúde como prevenção. Temos de dar um passo além do discurso, porque só de falação já estamos cansados.

Precisamos de atitudes concretas, eficazes, de transformação para que os nossos jovens possam ter um espaço diferente na nossa sociedade.

Sou Vereador em Barbacena, com quase 2 mil votos e, graças a Deus, não precisei comprar ninguém nem com uma bala. E eu falava para Deus: se o Senhor me quiser nesta tribuna um dia, que seja diferente; se for para ser igual ao que vimos ao longo da história, afasta de mim esse cálice. E, com muita ousadia, com muita determinação, Ele me concedeu esse legado de ser Vereador em Barbacena e lutar pelos menos favorecidos. Sabemos o quanto as pessoas estão sofrendo, principalmente na periferia.

Falamos do "crack", falamos dos vícios, falamos das oportunidades que o mundo oferece aos jovens, mas nos esquecemos de acolhê-los no berço. Sou do PDT, e o nosso lema é a educação. Precisamos investir na educação dos nossos jovens, precisamos de pessoas que realmente transformem. Estou sentindo que o mundo está mudando, que o Brasil está mudando. Temos visto as coisas modificando-se. Precisamos dar um passo à frente.

Deputado, antes de vir para cá, eu estava na praça dando aula. Temos de, primeiro, cumprir o dever para, depois, vir para cá; não basta só engravatar. Temos de pôr a chuteira, entrar em campo e fazer a diferença. Aí, com certeza, o Atlético não irá perder de 1 a 0. Muito obrigado, e que Deus os abençoe. Outras audiências virão, e iremos acolhê-los com o maior prazer nesta Casa, que é do povo. Que Barbacena possa fazer a diferença!

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado, Vereador.

Quero perguntar ao Dr. Pedro se ainda existem unidades penais, cadeias que a Polícia Civil cuida na região.

O Sr. Pedro - Temos a de Santos Dumont, de Andrelândia, Congonhas, Piranga, Barroso. Essas são as que poderão entrar na lista de imediato, mas temos outras. Prados e Andrelândia estão precisando de reforma. Fiquei sabendo que houve uma reforma em Congonhas, e a Suape poderia assumir, mas isso tem de entrar no plano do Estado.

O Sr. Presidente - No plano, nenhuma delas têm previsão para este ano?

O Sr. Pedro - Não que eu saiba, mas tentarei reunir-me com o Subsecretário de Assuntos Penitenciários para verificar se conseguimos incluir algumas delas. Sei que a pior situação está em Andrelândia, Santos Dumont e Barroso, que também é grande.

O Sr. Presidente - Quantos presos há em Barroso?

O Sr. ... - São 65 presos; Santos Dumont, aproximadamente 80; e Alto Rio Doce, 12.

O Sr. Presidente - Obrigado, Dr. Pedro. Agora, gostaria de saber do Cel. José Eduardo, além dessa integração das polícias, como é o diálogo com a população, se temos Conseps, quantos eles são e como é a integração com as Prefeituras, com a área de educação dessas Prefeituras, da área social, se tem Prefeituras com áreas antidrogas; enfim, como é esse diálogo, especialmente com a população, com os Conseps.

O Sr. ... - Deputado, relativamente ao Consep, isso já é uma tônica em todas as cidades da região, mesmo sabendo que, onde existe um baixo índice de criminalidade, a mobilização social torna-se um pouco mais difícil. Em Barbacena houve uma experiência exitosa: pessoas que me antecederam no Comando do 9º Batalhão dividiram a cidade em quatro setores, ficando a cidade setorizada, cada setor com seu Consep. Infelizmente temos Conseps mais atuantes e outros menos.

Quanto ao envolvimento social - estive ausente aqui por uns momentos porque estava em contato com a TV Assembleia, e conversava com a repórter justamente sobre isso -, acredito que o próximo passo nessa integração entre Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Poder Judiciário e Defensoria Pública, é ter, como parceiro atuante, uma sociedade organizada. Como temos índices muito baixos de criminalidade violenta, o que incomoda os cidadãos são os crimes de menor potencial ofensivo e, para sanar esses crimes, precisamos do envolvimento da sociedade, denunciando.

Aproveito a oportunidade para dizer que, há 15 dias, implantamos no Município de Barbacena o Disque Denúncia Unificado, o 181, uma forma em que a sociedade pode denunciar e ficar completamente anônima. A central do 181 é em Belo Horizonte, e o cidadão recebe um número para acompanhar sua denúncia, facilitando o trabalho da Polícia Militar. O 181 é para denúncia relacionada a crime continuado, a questões passadas que podem auxiliar no trabalho investigativo ou daqueles crimes mais contumazes. Para a questão

emergencial, continua o 190. Se o cidadão discar o 181 para um crime que está acontecendo no momento, ela irá cair em Belo Horizonte e chegará para nós dois ou três dias depois.

Precisamos dessas medidas protetivas para a sociedade. Acho que o próximo passo é a comunidade sentir-se parte desse processo. Aí, sim, começo com aquele discurso de "ajude-me a te proteger", ou seja, a sociedade começa a participar desse processo de autoproteção. Buscamos algumas redes de proteção social. Já trouxemos algumas experiências exitosas do Município de Santa Luzia, na região metropolitana, cujo Comandante esteve aqui para falar sobre as medidas adotadas. Não podemos ficar reinventando roda; a roda já está aí e precisa ser utilizada.

Sobre a parceria com Prefeituras, no interior do Estado a participação da Prefeitura é fundamental para a operacionalização. Temos de ter a parceria da Prefeitura para nos auxiliar no funcionamento. Existe essa parceria em termos de apoio logístico e em termos de envolvimento, principalmente do setor da educação da Polícia Militar, por meio dos seus dois programas primordiais, o Proerd, que é do conhecimento de todos, e o Jovem Construindo a Cidadania - JCC. Começamos a trabalhar essa questão na base, ou seja, nas escolas; o Proerd vai até a 3ª série, depois há um reforço na 6ª série. Agora o JCC é para adolescentes.

Temos também na nossa região, principalmente na Cisp nº 28, um projeto chamado ProBae(?), sigla do projeto Banda Vai à Escola. Trata-se de um projeto em que utilizamos a concepção da Polícia

Militar no sentido de que segurança também se faz com música. Levamos a banda à escola, que faz, além da apresentação artística, uma palestra de cunho cívico para os alunos. Infelizmente as nossas escolas acabaram com a educação moral e cívica. Temos esses projetos e as parcerias com as Prefeituras.

O Sr. Presidente - E a Defesa Civil?

O Sr. ... - Sou o Secretário Regional da Defesa Civil e posso dizer que ela foi compartimentada no Estado de Minas Gerais. Tivemos, há aproximadamente 30 dias, um evento em Conselheiro Lafaiete onde contamos com Prefeitos e pessoas envolvidas com defesa civil das Condecs, as comissões municipais de defesa civil, numa palestra sobre a fomentação da necessidade de medidas protetivas nessa área. Fizemos isso para todas as cidades sob responsabilidade do 31º Batalhão. Na semana passada, no 38º Batalhão, tivemos a mesma medida e, neste mês de outubro, estaremos no 9º Batalhão. É uma forma de mobilizar as administrações públicas municipais, não só os Chefes Executivos, que têm conhecimento dessa necessidade, mas também aqueles que trabalham na administração pública municipal e sabem da importância das medidas preventivas e das medidas restaurativas após a eclosão da calamidade.

O Sr. Presidente - E o diálogo com a Polícia Rodoviária Federal e a própria Polícia Federal na região?

O Sr. ... - Não temos, na região, a Delegacia da Polícia Federal. A mais próxima é a de Juiz de Fora, mas muitas vezes, nas

competências que são da polícia, nós nos reportamos a Juiz de Fora e somos muito bem-recebidos.

Quanto à Polícia Rodoviária Federal, ela também tem o escritório em Juiz de Fora. Nesse caso temos um problema muito sério que envolverá duas questões que foram faladas aqui. A primeira é a questão dos óbitos no trânsito. De 2007 para 2008, nós tivemos, nas rodovias estaduais, sob a responsabilidade da 13ª Companhia de Meio Ambiente de Trânsito, uma redução de 12% nos acidentes. Mas acontece que temos uma rodovia federal que corta o nosso Estado e é responsável pela maioria dos acidentes, a BR-040, e na qual não temos competência legal para atuar. Temos um posto da Polícia Rodoviária Federal baseado em Conselheiro Lafaiete, e o próximo já fica fora da nossa região. Realmente a 040 é responsável por esse índice de óbitos no trânsito.

O Sr. Presidente - O senhor tem os dados?

O Sr. ... - Não tenho. Em contrapartida, temos a questão da droga. Sabemos que a droga, no nosso Estado, trafega sobre rodas. Não temos plantações de ópio, não temos plantações de cocaína, não temos plantações de maconha para sustentar o consumo, mas a 040 é a grande artéria que interfere na nossa região nessas questões.

Deputado, sobre o "crack" e todas as drogas, temos duas vertentes. Foi citado o exemplo da Pedreira Prado Lopes em Belo Horizonte. Gostaria de dar um depoimento, porque trabalhei durante muitos anos no serviço de inteligência da Polícia Militar. Fizemos uma operação na Pedreira para conter uma guerra de gangues ali, onde

Código do documento: 763629

estavam morrendo pessoas não ligadas ao tráfego. Depois, numa conversa com a comunidade, uma senhora disse-nos: "A única coisa que vocês conseguiram foi fazer a droga ficar mais cara, pois estão interferindo somente na oferta, mas a demanda continua". Não sei se o senhor se lembra, mas ao lado do albergue havia um lugar onde os viciados ficavam. Na verdade, o mercado consumidor ficava muito próximo ao fornecedor, então, quando a Polícia Militar interveio, o que aconteceu? Dificultaram tão somente a venda. Assim, a única coisa que fizemos foi aumentar o custo da droga. Precisamos, no auge da nossa euforia, parar de nos vangloriar por termos desarticulado a quadrilha A ou B ou C. A ficha caiu para este oficial que vos fala da seguinte forma: contra a droga, se não aliarmos prevenção a repressão qualificada, não venceremos essa guerra. Devemos também fazer a prevenção. O Proerd é uma medida maravilhosa. Há ainda o JCC, em Barbacena, e, paralelo a ele, temos de realizar uma repressão qualificada. Não podemos ficar só no discurso.

Hoje a nova lei praticamente descriminalizou o uso da droga, que passou a ser questão de saúde pública. Devemos realizar uma contenção no uso de droga, porque não vamos conseguir vencer o tráfico. Então, tenho de interferir no mercado consumidor, por meio de ações preventivas, como escola, saúde pública, ação social e ações de polícia. Dessa forma, evitaremos que a criança de hoje não seja amanhã um adolescente usuário de drogas. Em contrapartida às nossas ações, devemos também contar com a mão pesada do Estado, por meio da investigação da Polícia Civil, da repressão das Polícias Militar e

Federal e tudo o mais contra os traficantes. Era isso o que gostaria de dizer.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Gostaria apenas de lembrar uma questão: a Subsecretaria Antidrogas do Estado de Minas Gerais tem feito convênios com diversas comunidades terapêuticas para tentar recuperar jovens dependentes. Quero sugerir a essa Região Integrada que se reúna com as Prefeituras e o próprio Subsecretário, para que sejam oferecidas, na região, vagas em estabelecimentos que trabalham com a recuperação de jovens dependentes. É algo interessante a ser feito com a ajuda do Vice-Prefeito Edson Rezende. As Prefeituras da região e o Estado, por meio da Subsecretaria Antidrogas, poderiam ajudar a recuperar jovens dependentes.

Com a palavra, o Sr. Edson Rezende, Vice-Prefeito de Barbacena.

O Vice-Prefeito Edson Rezende - A notícia que traz o Deputado João Leite vai ao encontro do trabalho realizado em Barbacena, porque estamos com quatro Secretarias trabalhando em conjunto. São elas: as de Saúde, de Desenvolvimento Social, de Esporte e de Educação, além da Fundação de Cultura - Fundac. As Secretarias trabalham promoção e prevenção, como disse o Alaôr, porém desejamos ainda conversar com a Secretaria Antidrogas, Deputado João Leite, para trabalharmos a questão do recurso.

Na semana do Festival da Loucura, realizamos um simpósio sobre a questão da doença mental e elaboramos duas propostas: uma seria juntar essas Secretarias e construir um projeto conjunto,

Código do documento: 763629

contudo temos dificuldades pela questão do financiamento; a outra é o PAIPJ, um projeto maravilhoso que identifica nas cadeias quais presos são doentes mentais que cometeram crimes. Deputado João Leite, Barbacena será a primeira cidade do interior - estamos com esse módulo avançado - a desenvolver o projeto PAIPJ, que trata esses pacientes que estão presos e poderiam estar em casa. Já conversamos com o Subsecretário de Saúde, e parece que o PAIPJ já avançou.

Quero falar rapidamente mais alguns pontos: a construção de uma Apac é uma discussão que realizamos há algum tempo; as coisas estão avançando, mas devagar. Esse projeto já está colocado para nós, há alguns anos. Segundo ponto: este ano, lançamos o PAIPJ, em Barbacena. Terceiro: quero citar algumas ações sociais interessantes, como a questão do ProJovem, que é muito importante. Vamos tirar o jovem da situação de risco e colocá-lo para estudar e trabalhar. A Secretaria de Esportes - e está aqui o Barão - desenvolve dois projetos importantes: o da natação, com 500 crianças, projeto financiado pelos Correios; e os jogos escolares, que, depois de muitos anos, foram retomados pela Secretaria de Esportes. Há ainda um outro projeto conjunto das Secretarias de Saúde e de Esportes: o Núcleo de Apoio à Saúde da Família - Nasf -, em que educadores físicos trabalham não somente a questão da saúde dos idosos, mas também junto à Secretaria de Transportes a questão da criança e do adolescente. A bandeira do Alaôr é o esporte na praça, projeto que está sendo realizado em toda a Barbacena. Outros companheiros do esporte também realizam atividades esportivas na praça, e houve ainda

o lançamento do Nasf, na semana passada, na segunda-feira. Então, temos pela frente muitas ações de prevenção. Também no Nasf, trabalham três psicólogos e psiquiatras, o que não existia. Lembro que esses psicólogos irão às escolas para ajudar as professoras a identificar desvios de comportamento de alunos. Muitas vezes, o problema começa com um desvio de comportamento não compreendido, o aluno é injustiçado durante a sua vida e acaba por cometer um crime.

Outra questão é o Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Droga - CAPSad -, que já está no orçamento de 2010 para ser construído. Outro ponto fundamental são os telecentros, que também foram lançados este ano a partir de um financiamento do Ministério das Comunicações. O nosso Senador Hélio Costa teve uma ação importantíssima nesses telecentros, que trarão um novo momento para a juventude que está nas escolas. Esse é um fator que mudará muito a vida das pessoas. Há também os Creas e os Cras, do Sistema Único de Assistência Social - Suas -, diferenciado na assistência e desenvolvimento social. Outra entidade muito interessante é a Fundac, que tem sob sua administração o conservatório. Música na Escola é também um programa do governo municipal que a Fundac está levando às escolas.

Outro é o PAC. Como disse a Marina, PAC para Nove de Março, Santa Maria, Nova Cidade, São Vicente de Paulo, os bairros mais pobres da cidade, com investimento que melhora a condição de vida, proporciona dignidade e fortalece a autoestima dessas pessoas. Há um

tanto a ser feito, mas há outro tanto feito, o que, de certa forma, diminui a criminalidade ou sua intensidade.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Estamos chegando ao final da reunião. Não sei se alguém da Mesa quer fazer uso da palavra. Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Primeiramente, cumprimento a Juliana, da Sedese, que nos lembrou do aniversário do nosso Presidente, fato tão importante. Que Deus possa cada vez mais abençoá-lo. É interessante que me lembro bem de ter feito visita a internato de crianças com o Deputado João Leite, na outra legislatura. O Deputado lá chegou como membro da Comissão de Direitos Humanos, mas ninguém queria saber disso. Começaram a gritar para o goleiro. Agora o esporte é prevenção para a construção da paz, da segurança. Parece que não, mas uma coisa tem tudo a ver com a outra. Queremos, Deputado, desejar que Deus continue a abençoar sua vida. No dia do seu aniversário, você está aqui, doando-se, mais uma vez, à comunidade de Barbacena e a toda a região.

Antes da fala da Marli, eu tinha anotado a questão penitenciária. Deputado e Presidente, é grande desafio para nossa Comissão discutir isso, pois realimenta o crime. Sabemos que o sistema penitenciário no Brasil está totalmente falido. Há ações do governo federal nesse sentido; iniciativas em relação ao Pronaf, à Conferência de Segurança Pública. Há ações do governo do Estado para retirar das penitenciárias, das cadeias as polícias e colocar Agentes Penitenciários, para que a polícia possa exercer seu papel. Foi

aprovada, recentemente, legislação para que, em toda penitenciária, haja Defensor Público. Trata-se de grande desafio. É preciso ampliar muito a Defensoria Pública, essencial às famílias, às pessoas mais carentes, que não têm condição de defender seus direitos e seus deveres. Trata-se de outro grande desafio para nossa Comissão. Como foi dito, em relação ao "crack", vimos que Barbacena está aliando a prevenção ao trabalho de repressão qualificada. O caminho é esse - não há outro -, bem como a participação popular, Marli. Com certeza, não foi o que a Comissão quis, mas realmente aconteceu. Às vezes, esses fatos são importantes para que, em outras cidades, fiquemos mais atentos. Que bom que vocês estão aqui. A sociedade acompanha de perto, cobra e se coloca. Vocês pautaram o sistema penitenciário. Certamente nossa Comissão discutirá esse relatório. Temos o compromisso em conjunto de estudar ações em que podemos ser solidários no que diz respeito à penitenciária. Além disso será apresentado requerimento, certamente, para ampliação do quadro da Polícia Rodoviária Federal. Muitas cidades do interior precisam do aumento do efetivo das Polícias Civil e Militar. Parece que aqui o número é suficiente - não houve essa reivindicação -, mas há a questão da Polícia Rodoviária Federal. (- Intervenção fora do microfone.) Houve reclamação? Então o efetivo da Polícia Civil não é suficiente.

A Delegada Fátima - Meu nome é Fátima. Sou Delegada de Polícia. A questão citada pela senhora é muito importante. Aqui há Delegados que respondem por dois ou três Municípios, o que torna

Código do documento: 763629

nosso serviço assoberbado. Às vezes, respondemos por escalas de plantão e temos de ter folga, para fazer compensação. É necessário haver mais Delegados na região, para suprir as delegacias. Por exemplo, respondo por Bias Fortes e Antônio Carlos. Essa questão deve ser considerada.

Também queria falar sobre uma necessidade de Bias Fortes, cidade a 70km de Barbacena. Quando agendo o comparecimento ao juizado de uma pessoa de lá, que possui problema qualquer, foi vítima de crime, ela não tem condição de pagar o transporte para se deslocar a Barbacena. Há um ônibus de manhã e outro à noite. Para ter audiência no fórum, a pessoa tem de vir e pagar alimentação. Quem sabe a Comissão poderia verificar a possibilidade da Justiça Itinerante, ou seja, a Justiça que se desloca e atende, nem que seja uma vez por mês, aos não têm condição de pagar passagem. Era o que tinha a dizer. Obrigada.

A Deputada Maria Tereza Lara - Temos o compromisso de nos debruçar nesse relatório e estudar os possíveis encaminhamentos. Como disse o Vereador, nossa Comissão procura não apenas debater, mas, a partir do debate em muitas cidades, fazer encaminhamentos necessários e até apresentar solução para os problemas. Nossa Comissão tem esse compromisso.

O Sr. Presidente - A Marli quer acrescentar dado. Por favor.

A Delegada Marli Gava da Silva - Esqueci-me de dizer algo bastante importante e que também constitui uma das nossas metas de Código do documento: 763629

trabalho em relação à questão prisional. Fizemos reunião com o Dr. Genilson Zeferino em 10 de setembro, neste Município. Levantamos algo sobre o que gostaríamos que vocês pensassem: o respeito que precisamos ter com o local que a Polícia Civil ocupa em nosso Município. A Polícia Civil está sendo tratada com menos valia e importância na nossa concepção, quando pensamos em local adequado para a atividade. O Comando da Polícia está muito bem-localizado, não apenas por estar no alto da cidade, mas por possuir espaço adequado para desempenhar suas atividades. Mas a Polícia Civil está alocada em pequenos espaços distribuídos e até insalubres. A rodoviária não foi criada para essa finalidade. Quando começamos a tirar de um buraco e passar para outro, cada vez mais deixamos essa terra insuficiente e inadequada. Se quisermos que a polícia, que deixou de ter a função de acompanhar a cadeia pública, cumpra seu papel com dignidade e compromisso, é preciso que tenhamos coragem de assumir no Município parceria com o Estado e de efetivar imediatamente local adequado para que essa polícia funcione e para que a Suapi - que hoje também está lá, de maneira inadequada, sem ocupar todo o prédio, porque a polícia também precisa do local - tenha condições de oferecer ao Município, na situação prisional, atendimento mais humano. Infelizmente, sei que às vezes é algo chato, mas a Comissão de Direitos Humanos é também censura ao Estado. Esse é um dos papéis que desempenhamos. Faremos essa censura e tocaremos nesse ponto crucial. Precisamos da colaboração do Município para olhar esse local, do contrário não teremos melhoria. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Marli. De acordo com a fala dela, aqui não há sede da Risp.

O Sr. ... - Na verdade, é separado. A Polícia Civil ocupa a sede da 9ª Delegacia Regional, e a sede da Polícia Militar está no local onde anteriormente funcionava o Juizado Especial. Foi definido o local. Seria incluído no Orçamento do próximo ano, mas tivemos informação de que não serão iniciadas, em 2010, construções de regiões integradas.

O Sr. Presidente - Encontramos desintegração. Com a palavra, o Sr. Pedro.

O Sr. Pedro - Não se trata de desintegração, mas de mais um ponto para discutirmos e planejarmos. É interessante a questão levantada pela Dra. Fátima. Cortamos uma parte da nossa palestra, mas uma das nossas metas é a implantação do plantão para os Delegados de Polícia. Em decorrência disso, precisamos de mais Delegados e Escrivães de Polícia. Em relação aos Agentes de Polícia, há número razoável. Outra situação que encontramos, talvez não apenas em Barbacena, mas em outras regiões do Estado, diz respeito aos prédios-sedes da Polícia Civil. Como sabemos, por muitos anos, os prédios atenderam às cadeias, etc. Temos de dar passo maior com os Municípios e procurar melhores instalações, sobretudo para maior conforto da população, inclusive de acesso. Quando se chega à delegacia, por exemplo, há imensa escada, o que dificulta muito. Temos de verificar essas coisas. Eram essas as minhas considerações. A integração está tranquila.

O Sr. Presidente - Tudo estava indo tão bem... (- Ri.) Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara, que manda nesta Comissão.

A Deputada Maria Tereza Lara - Queria falar ainda sobre a ociosidade dos jovens detentos. Apresentarei desafio ao Estado e ao Município. Estamos defendendo o Sistema Único de Segurança Pública - Susp. O Município não tratará apenas da doação de gasolina e outras coisas, mas será cogestor nas decisões, nas discussões. O grande desafio é a quantidade de jovens - 90% -, em qualquer lugar, nas cadeias e nas penitenciárias de todo o Estado, de todo o País, que estão ociosos. Temos de descobrir espaço físico. Precisamos reivindicá-lo do Estado. Que os Municípios, com tantos projetos sociais, possam se aliar, para que os jovens nas cadeias tenham estudo e profissionalização. Vamos unir nossos esforços. Os detentos são os excluídos dos excluídos. É preciso que sejam ressocializados, grande passo para a construção da segurança pública, da cultura da paz. Fica o desafio. Estamos levando, mas estamos deixando também. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Antes das considerações finais, gostaria de convidar o Barão - o homem do esporte, parece. Será realizado, nos dias 25, 26 e 27 de novembro, na Assembleia Legislativa, o seminário "Esporte, infância e adolescência - caminhos para a cidadania". Queria convidá-lo. Discutiremos o esporte e a participação educacional; a ética em relação ao esporte de alto desempenho, muito motivado pela venda recente de jogador brasileiro de 10 anos de idade para o exterior.
Código do documento: 763629

Alguém está nos contando agora que um de 4 anos mudou com sua família para o exterior. Discutiremos todo esse temário na Assembleia Legislativa, com as presenças do Ministro do Esporte e do Secretário de Estado. Queria fazer esse convite ao Barão. Ficaram alguns deveres. O Dr. Vladimir, como sempre, está muito atento. Apesar de ser uma semana feliz para ele... (- Ri.) Nem para ele nem para mim... Perderemos algo. Amanhã haverá reunião extraordinária da Comissão de Segurança Pública, na qual apreciaremos matérias originadas desta audiência. Há requerimento solicitando ao Secretário de Defesa Social a assunção das cadeias de Santos Dumont, Barroso, Congonhas e Andrelândia, casos mencionados pelo Dr. Pedro, pelos Delegados e pelas Delegadas. Esse é o primeiro requerimento.

O Sr. Francisco dos Anjos, nosso líder comunitário, fez um pedido para que o programa Campos de Luz atinja o Bairro Santa Luzia, único espaço destinado ao lazer da população que vive no local. O nome do time é Barbacena Futebol Clube. A oposição quer dizer que o nome do time é Cruzeiro. Isso é demais, não é? É para acrescentar Prados? Ele também estaria em uma situação delicada? Então, acrescentaremos Prados. O Consultor da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, que está presente, está anotando tudo.

Apresentaremos também um requerimento ao Prof. Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário Antidrogas, para fazer contato com a Risp e para firmar convênio com a região, para atendimento aos jovens dependentes químicos. Trata-se de um pedido para a criação de vagas na região. Há também um requerimento para ampliação do efetivo da

Polícia Civil na Região Integrada: Delegados e Escrivães. O número de Agentes de Polícia é razoável.

Faremos também uma solicitação ao Tribunal de Justiça, para que haja justiça itinerante, como disse a Dra. Fátima, que alcance Bias Fortes e as cidades mais distantes, de acordo com todas aquelas justificativas econômicas. Por fim, não poderia deixar de lembrar do aumento de efetivo da Polícia Rodoviária Federal, principalmente no posto de Barbacena, já que há postos somente em Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Juiz de Fora. O Edson está lembrando do retorno do posto. Não poderíamos nos esquecer da construção da sede da Risp, para termos essa união completa e todos muito próximos.

Agradeço muito a presença de todos e a contribuição que ofereceram. Os delegados venceram as delegadas por 4 a 3.

O Delegado Wanderley Miranda - O senhor se esqueceu de mencionar que a nossa preocupação é o atendimento ao público. A Marli fez uma referência à unidade policial, em que é feito atendimento ao público. Precisamos construir a Risp. Isso é correto, mas precisamos de unidades policiais que sejam adequadas ao atendimento ao público e aos próprios servidores. Como ela mencionou, há uma unidade policial em cima de uma rodoviária. Isso é temerário devido à distância da população que está localizada na saída da cidade. É interessante e de suma importância verificarmos isso.

O Sr. Presidente - Obrigado pela contribuição. Há mais um Delegado? Agora, eles ganharam.

O Delegado Carlos Capistrano - Deputado João Leite, meu nome é Carlos Capistrano, Chefe Aisp e coordenador da delegacia que funciona na rodoviária, como bem disse a minha colega Marli.

A minha manifestação será rápida. Gostaria de parabenizá-lo pelo aniversário e por estar em nossa cidade e de manifestar a minha preocupação no que se refere a essa estrutura. Posso observar que, com o governo Aécio Neves, muito já foi melhorado, embora haja muito a se fazer em outros setores, como disse a Marli. Mas, no que se refere à Polícia Civil, a Dra. Fátima falou sobre a ampliação da competência dos Delegados. Gostaria de enfatizar a questão salarial. Estive em Belo Horizonte nesta semana, em que se falou de greve das polícias, pelo menos da Civil. Com esses números arrolados pelo Cel. José Eduardo e pelo Dr. Pedro particularmente, sinto muito orgulho pelas Polícias Militar e Civil. Aqui não se cria bandidagem, pois normalmente, quando o bandido vem para cá, é preso. Já que temos todo esse orgulho pela força policial, que é uma das melhores do País, se não for a melhor, a Deputada e o Deputado poderiam tratar com seus pares a questão salarial. Hoje um Agente de Polícia e um Soldado recebem R\$1.200,00, e um Delegado de Polícia, R\$3.800,00. Só perdemos para São Paulo e outros dois Estados da Federação, apesar de Minas Gerais ser rico. Muito tem sido feito pelo Governador. Se, com essa estrutura, temos dado essa resposta à sociedade na Risp de Barbacena, Conselheiro Lafaiete e São João del-Rei, muito mais faremos com um salário digno nas Polícias Civil e Militar. Obrigado.

O Sr. Presidente - Delegado, transformaremos o seu pedido em uma manifestação da própria Assembleia Legislativa, para que os outros Deputados tomem conhecimento. Recebemos da Marli Gava um relatório. Amanhã a receberemos na Comissão de Segurança Pública e, como a Deputada Maria Tereza Lara está interessada, fará um estudo para que possamos lhe oferecer uma resposta.

Agradeço a todos a presença e a grande contribuição que deram à Comissão de Segurança Pública. Agradeço à Mesa, onde faltou alguém do povo, como disse a Marli, mas todos os presentes participaram. Agradeço ao meu amigo Valdir, de Capela Nova. Dê um abraço no povo de lá. Agradeço também ao Dé e ao pessoal de Cristiano Otôni, que é interessado e participante. Agradeço à Daniela, nossa Assessora, que sempre nos ajuda nas audiências, ao Dr. Vladimir e à TV Assembleia. Incluirei todos os relatórios no "site" da Assembleia Legislativa, e tudo isso será relatado pela TV Assembleia. Agradeço a presença e a contribuição de todos. Sairemos felizes com essa integração e com os números da Risp. Estamos torcendo para que vençam, pois, quando isso acontecer, a sociedade vencerá também.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do pública presente, convoca os membros desta Comissão para a reunião extraordinária de amanhã, às 10h15min, para apreciação de matéria e requerimentos oriundos desta reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.